



Acórdão 01429/2020-7 - 1ª Câmara

Processo: 02311/2020-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2019

UG: CMM - Câmara Municipal de Montanha

Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Responsável: THEODORO JOSE DE SOUZA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – FINANÇAS PÚBLICAS - REGULAR - RECOMENDAÇÃO - QUITAÇÃO – ARQUIVAMENTO.

O CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

I. RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Montanha**, sob a responsabilidade do senhor **Theodoro Jose de Souza**, referente ao **exercício de 2019**.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - **NCONTAS** emite **Relatório Técnico 00307/2020-6** (peça 41), opinando pela seguinte proposta de encaminhamento:

1. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da Câmara Municipal de Montanha, sob a responsabilidade de **THEODORO JOSE DE SOUZA**, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de 2019.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações

apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 43/2017.

Sob o aspecto técnico-contábil, opina-se pelo julgamento regular da prestação de contas sob a responsabilidade de THEODORO JOSE DE SOUZA, no exercício de 2019, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Acrescenta-se sugestão de **recomendar** ao chefe do Poder Legislativo Municipal que proceda nos próximos exercícios o registro contábil do duodécimo recebido pela Câmara seja na conta 4.5.1.1.2.01.00 (Cota Recebida) (Item 5.2.3).

O mesmo Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - **NCONTAS** elabora a **Instrução Técnica Conclusiva 04507/2020-9** (peça 42), anuindo aos argumentos fáticos e jurídicos descritos na supracitada peça técnica, e **opinando** também pelo julgamento **REGULAR** da Prestação de Contas do Sr. **Theodoro Jose de Souza**, frente à **Câmara Municipal de Montanha**, no **exercício de 2019**.

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 03194/2020-5** (peça 46) da 3^a Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Heron Carlos Gomes de Oliveira**, anui à proposta contida na **Instrução Técnica Conclusiva 04507/2020-9**, além de reservar-se o direito de **manifestar-se oralmente** em sessão de julgamento, em defesa da ordem jurídica.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do Relatório Técnico 00307/2020-6 e da Instrução Técnica Conclusiva ITC 04507/2020-9, anuídos pelo Parecer Ministerial Parecer 03194/2020-5, **concluindo todos** por conter nos autos elementos suficientes para julgar **REGULAR** a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Montanha**, referente ao exercício de **2019**, sob a responsabilidade do Sr. **Theodoro Jose de Souza**, especialmente pelos seguintes indicadores extraídos do Relatório Técnico supracitado:

Cumpriu o prazo definido para **envio** da prestação de contas;

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, Lei 994/2018, estimou a **receita** e fixou a **despesa** para o exercício em análise, sendo a despesa total da Câmara Municipal fixada em **R\$ 1.740.000,00**.

A execução orçamentária (**R\$ 1.668.916,67**) da Câmara Municipal representou **95,91%** da dotação atualizada (R\$ 1.740.000,00),

Alcançou um **resultado patrimonial** da ordem de **R\$ 67.046,69**, e um **superávit financeiro** de **R\$ 0,00**.

Iniciou o exercício com um saldo em espécie **R\$ 0,00** e terminou com um saldo em espécie de **R\$ 0,00**.

RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No que tange às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte patronal**), restou verificado que os valores **registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **99,23%** dos valores **devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Os valores **pagos** pela unidade gestora, em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte patronal**), no decorrer do exercício em análise, representaram **99,23%** dos valores **devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas

Em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte do servidor**), restou verificado que os valores **registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **100,00%** dos valores **devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Os valores **recolhidos** pela unidade gestora, referentes as contribuições previdenciárias do RGPS (**parte do servidor**), no decorrer do exercício em análise, representaram **100,00%** dos valores **devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Da avaliação do comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários, restou constatado que **não há registro de débitos previdenciários**.

Observando-se os demonstrativos contábeis, constata-se o **registro** de movimentação de **obrigações trabalhistas**, inclusive **13º e férias**, bem como o **registro de apropriação** das respectivas despesas nas contas destinadas a despesas com pessoal e encargos.

Foi observado o **limite de inscrição de restos a pagar não processados** pelo Poder Legislativo.

Com relação aos **limites legais e constitucionais**, restou verificado o **cumprimento** de Despesas com **Pessoal**, limite de inscrição de restos a pagar não processados pelo Poder Legislativo, **Gasto Individual** com subsídio dos vereadores, **Gastos totais** com a remuneração dos vereadores, **Gastos com a Folha** de Pagamento do Poder Legislativo, **Gastos Totais** do Poder Legislativo.

CONTROLE INTERNO

A documentação prevista na IN TCEES 43/2017 foi encaminhada, sendo que **não** foram apontados indicativos de irregularidades.

MONITORAMENTO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES **não** foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

III. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante o exposto, **acompanhando integralmente** a Área Técnica e o Ministério Público de Contas, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de acordão que submeto à sua consideração.

Sergio Aboudib Ferreira Pinto

Conselheiro Relator

1. ACÓRDÃO TC-1429/2020 – 1^a CÂMARA

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão da **Primeira Câmara**, ante as razões expostas pelo Relator, em:

1.1. JULGAR REGULAR Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Montanha**, exercício **2019**, sob responsabilidade do Sr. **Theodoro Jose de Souza**, no exercício das funções de ordenador de despesas, nos termos do art. 84, inciso I, da Lei Complementar nº 621/2012, dando-se a devida **QUITAÇÃO** ao responsável, conforme artigo art. 85 da mesma lei;

1.2. RECOMENDAR ao chefe do Poder Legislativo Municipal que proceda nos próximos exercícios o registro contábil do duodécimo recebido pela Câmara seja na conta 4.5.1.1.2.01.00 (Cota Recebida) (Item 5.2.3);

1.3. ARQUIVAR os autos após o trânsito em julgado.

2. Unânime

3. Data da Sessão: 20/11/2020 – 44^a Sessão Ordinária da 1^a Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente/relator), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Presidente

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS HERON CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

Em substituição ao procurador-geral

VANESSA DE OLIVEIRA RIBEIRO

Subsecretaria das Sessões em substituição